

Nova proposta aos credores inclui juros

O embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, viaja na próxima terça-feira para Nova Iorque levando nova proposta ao comitê dos bancos credores. A nova proposta manterá a idéia central de o País condicionar os pagamentos externos à sua capacidade de pagamentos, buscando apenas dar um novo tratamento à questão dos juros em atraso, conforme insistem os bancos credores. Os detalhes da nova proposta serão definidos amanhã pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir.

Dauster, que esteve reunido com o comitê assessor na terça e quarta-feira passadas, chegou à Brasília trazendo a contraproposta dos credores. Nela os bancos reiteram a cobrança dos atrasados, colocando-a como base para a negociação, e propõem que o Brasil pague de imediato e na forma **cash** um terço dos juros atrasados até 30 de setembro (algo entre 1,8 a dois milhões de dólares).

Os dois terços restantes dos juros em atraso até 30 de setembro (algo próximo a quatro bilhões de dólares, de acordo com a contraproposta dos bancos credores, seriam refinanciados em novos títulos com cinco anos de prazo e, juros de Libor (taxa interbancária de Lon-

dres) mais comissão de 0,8125 por cento ao ano. Quanto aos juros que vencem no período que vai de outubro deste ano a março próximo, calculados em aproximadamente três bilhões de dólares, seriam pagos 50 por cento na forma **cash**, em data a ser definida, e os 50 por cento restantes seriam financiados nas mesmas condições dos dois terços dos atrasados.

De acordo com a contraproposta dos bancos credores, portanto, os desembolsos que o Brasil terá que fazer, até março próximo, atingem o montante de 3,4 bilhões de dólares, o que estaria além da capacidade de pagamento do País, segundo assessores do Ministério da Economia. Essa capacidade, garantem os assessores, não excederia a um bilhão de dólares neste ano.

Decorridos quase 30 dias desde a apresentação da proposta brasileira para renegociação da dívida externa, e diante da contraproposta dos bancos credores, o que fica evidenciado é que há uma enorme distância entre as posições defendidas por ambos os lados, no que diz respeito basicamente à avaliação da economia brasileira e ao próprio conceito da proposta de renegociação.

A contraproposta apresentada ao Governo brasileiro revela, porém, que os bancos credores não rejeitam por completo a idéia central de condicionar os pagamentos externos à capacidade de pagamento do País. Restaria, portanto, buscar o entendimento sobre a definição dessa capacidade de pagamento, bem como dos pagamentos prioritários.